

O MEIO-AMBIENTE GLOBAL

Decisão Responsável e Justiça Social

(Um chamado às igrejas, para o estudo, debate e ação, aprovado pelo Comitê Executivo do Conselho Mundial de Igrejas, reunido de 5 a 9 de setembro, 1971).

A seguinte declaração não pretende apresentar a posição definitiva do Conselho Mundial sobre todos os múltiplos dilemas ligados à crise ambiental. Procura, antes, fazer uma avaliação preliminar quanto à urgência da crise, e focalizar certas considerações que, à base da fé cristã, parecem ser de importância singular. Um exame mais demorado dessas questões será feito por uma equipe de especialistas, que estão sendo convocados pelo Departamento de Igreja e Sociedade do Conselho, cujo Comitê de Trabalho preparou o atual documento.

Este estudo, e o entrosamento do Comitê das Igrejas para Assuntos Interna-

cionais do C.M.I. na Conferência Internacional da ONU sobre o Meio-Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), tem por objetivo estimular a contribuição das igrejas à reflexão e à ação sobre os problemas do ambiente, em torno dos trabalhos da Conferência da ONU.

Os comentários e opiniões poderão ser dirigidos ao Comitê de Igreja e Sociedade do C.M.I.:

**Church and Society
World Council of Churches
150 Route de Ferney
1211 Genève 20
Suíça.**

I. Introdução

Nos últimos anos, tem surgido uma onda crescente de advertências proféticas acerca do meio-ambiente humano — algumas, ponderadas e convincentes, outras, estridentes e exageradas, algumas de teor relativamente esperançoso, outras profundamente pessimistas. Ouvimos dizer que o ar que respiramos, a água que bebemos, o solo que pisamos e o espaço vital em que nos movemos, estão se deteriorando seriamente, de forma a constituir ameaça à qualidade da existência humana, e a ponto de por em risco o futuro da própria vida. Tais advertências não nos parecem estranhas. Frequentemente, os homens têm sido advertidos de que a sua utilização dos recursos naturais, assim como as reservas florestais, ou mesmo a sua própria fertilidade e crescimento, mais cedo ou mais tarde traria conseqüências inadmissíveis. Agora, há um novo sentido de urgência, ocasionado não por fatores novos, mas por uma nova combinação de fatores, operantes em escala mundial: o constante e acentuado crescimento demográfico, a sempre crescente expansão industrial, com sua sede de matérias primas, e um elevado índice de interdependência econômica mundial que, juntamente com as técnicas modernas de comunicação, resultou na criação de uma nova sensibilidade em relação às necessidades dos países pobres. Subitamente, se percebe, com intensidade assustadora, que estamos forçando os limites de um mundo finito, onde dentro em breve, algo de importância vital há de ceder, e que as reavaliações dramáticas que seremos então obrigados a fazer, serão repletas de possibilidades trágicas.

II. Perspectivas Teológicas sobre a Crise Ambiental

1. A Igreja Cristã não tem respostas específicas para os muitos problemas

técnicos suscitados pelo estado do meio-ambiente. Todavia, além dessas questões técnicas, a atual crise está provocando uma reconsideração de algumas das questões fundamentais da existência humana. Qual é a finalidade principal do homem sobre a terra? Qual será o seu verdadeiro relacionamentto com a natureza? Qual a importância do padrão de vida material? Que responsabilidade tem o indivíduo, ou a nação, para com "o próximo"? Neste contexto, a Igreja é chamada a refletir sobre as mais profundas convicções que lhe são próprias, e a dar testemunho delas.

2. O domínio do homem sobre a terra não deve ser exercido como se ele somente existisse no universo, ou somente ele tivesse importância na criação. Esse papel, que lhe é próprio, deve ser cumprido como um legado, uma mordomia confiada pelo Criador, a quem pertencem a terra e todas as criaturas. Já faz tempo demais que os cristãos entendem a criação como tendo a ver apenas com a origem das coisas, em vez de compreendê-la em termos da obra contínua de Deus e da responsabilidade contínua do homem. Esta visão do relacionamento Deus-homem-natureza questiona todas as atitudes e políticas sociais que resultam do interesse estreitamente egoísta e mesquinho no modo de ver e tratar a natureza e as relações humanas.

3. O mundo que nos rodeia não existe meramente para o nosso benefício pessoal; ele tem valor próprio, e somos chamados a agir tendo por base uma política global responsável para o meio-ambiente. Portanto, a nossa ética deve ir além do simples utilitarismo. Nem a natureza e nem os demais homens podem ser tratados exclusivamente do ponto de vista dos nossos desejos pessoais. Em especial, temos de agir responsavelmente em relação as gerações futuras, que têm tanto direito quanto os homens de

hoje a uma vida plena sobre este planeta.

4. O conceito do domínio do homem sobre a natureza tem, como complemento indispensável, a qualidade de vida que se pode alcançar. Sem dúvida, o Cristianismo apóia o tipo de materialismo que reconhece a importância de padrões básicos de saúde, alimentação e moradia; e o planejamento ambiental deve tomar tais requisitos como ponto de partida. Além dessas necessidades materiais, porém, existem outras dimensões de vida, e a Igreja, em particular, tem por tarefa chamar atenção a elas, e a dar testemunho àquilo que contribui para a plena realização humana. Os ecologistas, que estão desafiando muitos dos pressupostos de uma sociedade orientada para a produção, e chamando-nos de volta a uma apreciação mais profunda das necessidades estéticas, psicológicas e espirituais do homem, demonstram uma preocupação da qual os cristãos devem compartilhar inteiramente.

5. A tecnologia e a ciência têm ampliado imensamente o domínio do homem sobre a terra, por um lado, enriquecendo a vida, mas, por outro criando também problemas de poluição, de esgotamento dos recursos naturais, de subordinação do homem à máquina, e, sobretudo, de injustiça. Algumas nações e grupos empregam a tecnologia e a ciência a fim de dominar e explorar outras nações e grupos, alargando assim a distância entre povos ricos e pobres. Todavia, não se pode abandonar, agora, o domínio do homem sobre a natureza, como recomendam alguns; antes, ele deve ser exercido com maior perícia e sabedoria, a fim de assegurar para todos os povos a justiça social. Os cristãos devem reexaminar o conceito bíblico do domínio do homem sobre a natureza, como base para decisões inteligentes, e responsáveis sobre os problemas do meio-ambiente.

III. Recursos naturais

1. Um dos principais pontos de pressão é a próxima exaustão de certos recursos naturais não-renováveis. Em alguns casos, como, talvez, o de certos combustíveis, o problema do esgotamento das reservas poderá ser solucionado através da substituição de novas fontes de energia, para atingir os mesmos fins sociais. Todavia, existe entre os especialistas, uma inquietante falta de consenso, quanto à possibilidade de tais novas fontes de energia se fazem disponíveis a tempo de atender a essa curva ascendente de demanda. Enquanto alguns supõem que a transição seja possível, e que ela possa realizar-se com relativa tranquilidade, outros julgam que a exaustão dos recursos convencionais precipitará crises de maiores proporções e de sérias conseqüências sociais.

2. Quanto a outros recursos naturais não-renováveis, tais como a terra arável, aparentemente não existe para eles substituto concebível. Embora as novas técnicas possam aumentar a produtividade dessas terras, a diminuição da área total disponível para a agricultura constitui uma limitação inevitável.

3. Mesmo nos casos de disponibilidade futura de substitutos, a atual forma de utilização dos recursos naturais continua a ser problema. Um planejamento sábio deve levar em conta as atuais pretensões conflitantes às matérias-primas escassas, e conduzir a uma justa distribuição e aproveitamento. Ademais, posto que a atual geração não tem direito exclusivo a essas matérias, e que somos responsáveis àqueles que virão depois de nós, parece óbvio que devemos regular o nosso consumo atual, tendo em mente as prováveis necessidades das gerações futuras, até onde seja possível prever sua dependência dos mesmos recursos com os quais nós também contamos.

4. Os limites desses recursos, em qualquer época, levanta, de forma crítica, o problema da distribuição equitativa. Num situação de crescimento econômico constante, o problema se confundia, devido à melhoria relativa do padrão de vida dos pobres, embora, na realidade, as diferenças entre ricos e pobres estivessem tornando-se cada vez maiores. Quando o crescimento quantitativo global se detém, ou diminui, a desigualdade se torna dolorosamente óbvia, e o problema moral da distância entre os povos se torna ainda mais crítico.

5. A desigualdade da distribuição da riqueza, certamente, é problema interno de uma sociedade; porém, situada no contexto da limitação dos recursos, ela se torna especialmente evidente, entre as nações, entre os países desenvolvidos e os que estão em vias de desenvolvimento. Assim, ao iniciar um exame do problema do meio-ambiente, encontramos-nos diante do desafio da justiça social, em plano internacional. As duas crises estão ligadas inseparavelmente. Não podemos falar de uma política ambiental, isolada de uma política de desenvolvimento, nem tão pouco buscar, efetivamente, o desenvolvimento, sem levar plenamente em conta as potencialidades e as limitações do meio-ambiente global do homem. O desenvolvimento econômico e tecnológico, em certas fases do seu crescimento, tem importado, caracteristicamente, na utilização crescente dos recursos naturais, e na maior poluição do ambiente. Em vista da próxima exaustão de algumas reservas preciosas, e da crescente poluição, já se discute a conveniência de um índice zero de crescimento da produção econômica global. A proposta está em debate em diversos níveis: o econômico, o ecológico, o moral, e o espiritual. Do ponto de vista teológico, não se pode considerar essencial o crescimento econômico, embora seja desejável,

certamente, a criação de condições que favoreçam a todas as pessoas o desenvolvimento mais completo possível de todas as suas potencialidades humanas. Caso a adoção de um índice zero de crescimento se torne convincente, a justiça social exigirá que as sociedades abastadas moderem, detenham ou até mesmo revertam os seus índices de consumo e poluição, à fim de que outras sociedades possam acelerar o seu crescimento econômico. Mesmo que não se faça convincente, as provas são esmagadoras de que o simples crescimento econômico, se não se fizer acompanhar da redistribuição do poder e dos recursos, não resultará numa distribuição justa da riqueza, são esmagadoras. A possibilidade de os países mais fracos obterem, através da ação conjunta, preços mais equitativos para os seus produtos, demonstrada, recentemente, em alguns casos, tais como o do petróleo, constitui um índice pequeno, mas promissor, de uma mudança num sentido vantajoso.

6. A medida que os países pobres lutarem pelo desenvolvimento, intensificar-se-á a concorrência em torno das reservas limitadas dos recursos naturais. Essa concorrência, que constitui uma das causas da atual tensão internacional, tem sido, no passado, uma das causas principais da guerra. A lição para o futuro é clara. O que é necessário é uma mudança radical de atitude para com os recursos naturais, sua distribuição e aproveitamento. Foram criados por Deus, e tais ou quais países são administradores a quem é confiado o seu aproveitamento pelas gerações presente e futuras; todos os povos têm direito de acesso a eles, não pela concessão condescendente dos opulentos, mas por constituírem eles uma herança comum da humanidade. Isto não quer dizer que a tecnologia ocidental deva ser simplesmente imitada pelos países em desenvolvimento. Os gra-

ves erros cometidos pelas sociedades altamente industrializadas não devem ser repetidos pelo Terceiro Mundo, seja pela displicência, seja pela pressão no sentido de se adotarem formas inadequadas de tecnologia. A aplicação da tecnologia deve ser apropriada à cultura de cada nação, e às suas próprias metas de desenvolvimento; mas, como quer que sejam elas definidas, é óbvio, são necessárias modificações radicais na atual estrutura do poder econômico, a fim de que as nações menos favorecidas possam melhorar, em termos absolutos, a sua situação material face aos países desenvolvidos.

7. Muitos hábitos atuais de consumo dos países desenvolvidos, julgados de acordo com um critério das necessidades mundiais, são frívolos e dispendiosos (pródigos). Consomem os recursos para fins obviamente sem importância, quando vistos no contexto das necessidades, por ora insatisfeitas, dos países em desenvolvimento. Isto ressalta a importância de uma reconsideração do significado da vida e da comunidade humana. Algumas sociedades, negligentes da sua responsabilidade para com outros povos e gerações futuras, têm medido o seu êxito em termos de um elevado índice de consumo e de crescimento do produto nacional bruto; mas a perigosa deficiência de tais critérios se torna cada vez mais evidente. O desenvolvimento econômico, até certo ponto, é necessário para a libertação humana; mas, buscando em excesso, ou transformado em ídolo, torna-se escravizante. Uma sociedade, liberta da privação econômica, e também da idolatria, poderá oferecer aos seus membros uma qualidade de vida superior à que é hoje conhecida pela maioria dos homens. A Igreja, principalmente, deve dar testemunho de que o homem, que vive do pão, não vive do pão somente.

8. Nenhum dos sistemas políticos e econômicos existentes no mundo tem tratado, de forma satisfatória, das questões levantadas pelo problema dos recursos naturais. O conflito entre os interesses das nações, tomadas individualmente, e uma política econômica global responsável, torna extremamente difícil o tratamento das questões suscitadas. As estruturas atuais não reconhecem, e nem representam, adequadamente, o "interesse comum" da humanidade.

IV. População

1. O crescimento, acentuadamente rápido, da população mundial levanta uma multidão de problemas urgentes. Embora os especialistas discordem quanto ao total de pessoas que a terra será capaz de sustentar, todos estão de acordo em que existe um limite máximo. Consequentemente, é inevitável que, em algum ponto, o crescimento demográfico tenha de se deter. Seja qual for esse limite, não temos dúvida de que estamos nos aproximando do ponto crítico com uma rapidez diante da qual não podemos permanecer complacentes.

2. As pressões em torno dos recursos materiais limitados estão se intensificando, devido ao crescimento numérico, e também ao índice crescente de consumo por parte de cada indivíduo. O total de pessoas que o planeta, ou qualquer região dele, poderá sustentar, depende, em parte, do grau de consumo e da poluição. A questão do crescimento demográfico, nas sociedades industrializadas, onde os índices per cápita de poluição e consumo são elevados, não é menos urgente do que nos países em desenvolvimento.

3. O aumento rápido da poluição, nos países em desenvolvimento, absorve o seu progresso econômico, levando a uma

frustração cruel as suas esperanças desenvolvimentistas. Nos países desenvolvidos, o crescimento demográfico multiplica o seu consumo, já desproporcional, dos recursos mundiais, intensificando a frustração dos países em desenvolvimento no sentido da obtenção de uma parcela maior dos mesmos.

4. Não pretendemos calcular qual seria o total ótimo da população mundial. As potencialidades de cada região variam, e há muitos fatores imponderáveis. Aliás, é fato que atualmente algumas áreas, estão relativamente subpovoadas. Em muitas outras regiões, os efeitos patentes da super-população já se fazem sentir. Um nivelamento numérico da população mundial é inevitável. A questão que temos diante de nós é, se isto ocorrerá em consequência de epidemias, da fome, ou da guerra, ou se será possível conseguir, sem catástrofe, uma redução planificada.

5. O crescimento demográfico, juntamente com a migração das zonas rurais, contribui para a concentração de pessoas nas cidades, em condições de aglomeração cada vez maior. Os efeitos de tal densidade de seres humanos, além de certo ponto, parecem ser principalmente negativos; e o fornecimento dos serviços públicos exigidos pelas aglomerações urbanas torna-se cada vez mais difícil. A multiplicação dos problemas urbanos, nos nossos dias, põe em relevo, de forma dramática, a necessidade da contenção demográfica.

6. O planejamento familiar, ou seja, o emprego voluntário de medidas anticoncepcionais, ou outras, para determinar o intervalo de nascimento dos filhos, é uma necessidade; mas não é idêntica ao controle demográfico. Mesmo com a prá-

tica universal do planejamento familiar, é possível que a população continue a crescer, desde que as pessoas desejem famílias numerosas. O direito dos pais, de decidirem sobre o número de filhos que terão, tem sido um pressuposto fundamental de qualquer relação dos direitos humanos. Mas tal direito não deve ser exercido independentemente do direito das crianças à saúde física, social e psicológica, e a um meio-ambiente que lhes permita a realização das suas potencialidades humanas. O controle demográfico coloca a ênfase sobre o número de crianças que podem ser cuidadas adequadamente, no mundo, mais que sobre o número de filhos que os pais possam querer. Para que se consiga, voluntariamente, tal controle, precisamos de maior conhecimento das razões complexas que levam as pessoas a desejarem famílias numerosas. É necessária a experiência com diferentes tipos de incentivos. O caminho que leva ao controle, dentro dessas linhas, será longo e árduo, mas tem de ser percorrido.

7. Muitas pessoas acreditam que alguma forma de controle demográfico será necessária. Qual será o grau conveniente de coerção estatal, e que meios poderão ser utilizados a fim de alcançar as modificações necessárias das tendências demográficas? Existem, aqui, questões complexas de ética social e de consciência pessoal, que se tornam cada vez mais urgentes, e que reclamam o debate sério nas igrejas.

8. O fator incômodo, no meio das tentativas atuais no sentido de se estimular a limitação demográfica, é o da política racial e nacional. Alguns povos continuam a enxergar nos números o poder, e olham com desconfiança quem quer que insista com eles para que limi-

tem o seu crescimento. Isto se torna especialmente óbvio, no caso de um grupo dominante tentar convencer um grupo mais fraco da necessidade da limitação, assim como, por exemplo, quando portavozes dos países desenvolvidos afirmam aos países em desenvolvimento que os seus índices de crescimento são excessivamente elevados. Para que sejam atendidos, os principais incentivos no sentido de uma limitação efetiva, devem partir de dentro do próprio país.

9. Ademais, as restrições internacionais sobre a migração ressaltam a necessidade de se tratar do problema em plano nacional. Parece pouco provável que os países relativamente sub-povoados sejam levados a aceitar os excedentes de população de outras áreas a não ser através da guerra e da conquista. Tal atitude de propriedade territorial, e o isolamento e orgulho cultural que a acompanha, embora dificilmente agrade a consciência cristã, têm de ser levadas em conta, de forma realista. Dentro das condições atuais, a migração é uma solução ilusória para o problema demográfico.

V. Poluição

1. Embora se pensasse, no passado, que o acúmulo de materiais química e fisicamente ativos no ambiente natural não representasse perigo a longo prazo, que a natureza seria capaz de neutralizar quaisquer efeitos colaterais nocivos, hoje sabemos que a capacidade corretiva de um sistema ecológico pode ser bloqueada. Sua capacidade de absorver e reparar danos não é ilimitada; ele pode perder, irrecuperavelmente, sua elasticidade. O prazo necessário para a recuperação, conseqüente a certos danos causados pelo homem, poderá ser de sé-

culos, de modo que o prejuízo, no que diz respeito à vida atual, se torna, para todos os efeitos, permanente.

2. A poluição geralmente afeta mais imediatamente as plantas e os animais do que o homem. Quando, porém, ela provoca um mau-funcionamento do sistema ecológico, o próprio homem poderá tornar-se vítima. Poluintes tóxicos podem ser absorvidos pelo homem, diretamente do ar, ou através de cadeias alimentares, ou por outras vias. Alguns poluintes, além de produzir danos fisiológicos, provocam mutações genéticas. O prazo decorrido entre o emprego inicial de uma substância poluidora e os seus efeitos tóxicos posteriores sobre o homem, pode ser considerável. Assim, pois, os danos são causados não somente à geração atual, mas também aos seus descendentes.

3. O homem, que provoca a poluição, possui também a capacidade técnica de por fim a quase todas essas práticas destrutivas. O acúmulo de poluintes no meio-ambiente está intimamente ligado aos métodos de produção, industrial e agrícola, que não se modificam fácil nem rapidamente, já que fazem parte de sistemas integrais de vida. Todavia, a correção é possível, uma vez que se focalize a atenção pública sobre os perigos existentes, e se crie a disposição política de arcar com as despesas consideráveis que ela impõe.

4. A poluição tem um "custo social", que deve ser calculado como parte das despesas de produção industrial, pública ou privada, que tem de problemas de poluição. Uma legislação eficaz, inclusiva com multas elevadas contra a infração, será indispensável, a fim de garantir que esses custos sociais sejam le-

vados em conta. Devido à concorrência industrial, em plano internacional, regulamentos equivalentes terão de ser efetuados em todas as nações, para que essa nova contabilidade funcione. É necessário grande cuidado, para evitar que os problemas de poluição das sociedades industrializadas sejam infligidos sobre os países em desenvolvimento.

5. A morosidade das autoridades políticas quanto às iniciativas que dizem respeito à poluição, deve-se a diversos fatores, entre os quais, a ignorância popular das causas e a gravidade do problema, a divisão de jurisdição, e as pressões privadas que colocam obstáculo à proteção, por parte dessas mesmas autoridades, do bem-estar público a elas confiado. Isto reforça a necessidade de despertar-se o interesse público e organizar-se o poder político em prol daqueles que sofrem os efeitos da poluição, e de se trabalhar a favor de uma regulamentação adequada e do seu cumprimento, e de novas pesquisas imparciais em torno dos problemas ligados à poluição.

6. Areas internacionais, tais como os mares e a atmosfera, estão, atualmente, fora dos limites de um controle efetivo, ou, quando muito, sujeitas apenas a sistemas de controle incipientes. Já que a poluição não respeita as fronteiras, a sua propagação levanta, sob nova forma, e com nova urgência, a questão da internacionalização de certas funções governamentais, até aqui exercidas por estados soberanos.

VI. Participação dos Cristãos e das Igrejas

1. Os próximos anos vão exigir maior participação das igrejas e dos cristãos

na reflexão, no debate e na ação referente às questões do meio-ambiente global humano.

2. A Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente Humano, a realizar-se em Estocolmo, em junho de 1972, constituirá o primeiro exame intergovernamental de maior envergadura de tais dilemas. É urgente que as igrejas acompanhem esses debates e pressionem os governos dos seus países no sentido de participarem ativamente na busca de uma política mundial responsável relativa ao meio-ambiente.

3. Muitas organizações não-governamentais — desde o âmbito local até o nacional e o internacional — estão empenhadas, intensa e ativamente, na busca de novas formas de atacar os problemas do meio-ambiente. Os cristãos devem participar deste esforço, dando início e apoio à ação criadora, em colaboração com pessoas de outras iliações religiosas, e de disciplinas e culturas diversas.

4. A fim de promover a reflexão e o engajamento cristão, o Conselho Mundial de Igrejas lançou um estudo teológico e ético sobre essas questões. A participação das igrejas, de grupos e indivíduos cristãos, enfim, de todas as pessoas interessadas, será acolhida com satisfação.

5. As questões a serem enfrentadas são novas, sua complexidade é aterradora, e o prazo para a ação responsável parece de uma exiguidade alarmante. Diante da tentação de não se fazer nada, os cristãos, juntamente com todas as pessoas de boa vontade, são convocados à reflexão e à ação, para participar na construção do mundo de Deus.